

## A indispensável conciliação entre o Currículo e a Biblioteca Escolar para o êxito do processo de ensino e aprendizagem

*The indispensable conciliation between the Curriculum and the School Library for the success of the teaching and learning process*

*La indispensable conciliación entre el Currículo y la Biblioteca Escolar para el éxito del proceso de enseñanza y aprendizaje*

Kazuo Kadowaki  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO)  
kazuo.kadowaki@ifro.edu.br  
<https://orcid.org/0000-0003-1231-9732>

Jussara Santos Pimenta  
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)  
jussara.pimenta@unir.br  
<https://orcid.org/0000-0002-5283-2509>

### RESUMO

O presente estudo busca refletir e debater acerca do demérito da Biblioteca Escolar nos currículos contemporâneos, muito embora historicamente se possa evidenciar a pertinência daquela no decurso da formação dos sujeitos. Objetiva-se verificar se tal perspectiva se encontra prevista no currículo escolar, por meio de análise documental dos regimentos e programas vigentes de instituições públicas de ensino básico, médio-técnico e superior no âmbito do estado de Rondônia (Brasil), verificando nesses documentos qual a atribuição designada à biblioteca escolar no processo de ensino, e se tal função vem ao encontro à compreensão de biblioteca como dispositivo formativo. A metodologia é constituída de pesquisa do tipo descritiva, com abordagem qualitativa e natureza básica, utilizando procedimentos de levantamento bibliográfico e de análise documental. A partir da problematização dos escritos, foi possível evidenciar que nos currículos contemporâneos, a biblioteca – e de forma consequente, o bibliotecário – até então reside num terreno episódico, ao estar tão somente subsidiando e coadjuvando o percurso pedagógico.

**Palavras-chave:** Currículo escolar. Bibliotecas escolares. Infoeducação.

## ABSTRACT

*The present study seeks to reflect and debate about the demerit of the School Library in contemporary Curriculum, although historically it can be evidenced its pertinence in the course of the formation of the subjects. The objective is to verify whether such a perspective is foreseen in the school curriculum, through document analysis of the regulations and current programs of public institutions of basic, medium-technical and higher education in the state of Rondônia (Brazil), verifying in these documents what attribution is assigned to the school library in the teaching process, and whether such a function goes in favour of the understanding of the library as a training device. The methodology consists of descriptive research, with a qualitative approach and a basic nature, using bibliographic survey and document analysis procedures. From the problematization of the writings, it was possible to show that in contemporary curricula, the library – and consequently, the librarian – until then resides in an episodic terrain, as it is only subsidizing and assisting the pedagogical path.*

**Keywords:** School curriculum. School libraries. Infoeducation.

## RESUMEN

*El presente estudio busca reflexionar y debatir sobre el demérito de la Biblioteca Escolar en el Currículo contemporáneo, aunque históricamente se puede evidenciar su pertinencia en el transcurso de la formación de los sujetos. El objetivo es verificar si tal perspectiva está prevista en el currículo escolar, a través del análisis de documentos de las normas y programas vigentes de las instituciones públicas de educación básica, técnica media y superior en el estado de Rondônia (Brasil), verificando en estos documentos lo que se designa la atribución a la biblioteca escolar en el proceso de enseñanza, y si tal función va en contra de la comprensión de la biblioteca como dispositivo de formación. La metodología consiste en una investigación descriptiva, con enfoque cualitativo y de carácter básico, utilizando procedimientos de levantamiento bibliográfico y análisis de documentos. A partir de la problematización de los escritos, fue posible evidenciar que en los currículos contemporáneos, la biblioteca – y consecuentemente el bibliotecario – reside hasta entonces en un terreno episódico, en tanto sólo está subsidiando y auxiliando el camino pedagógico.*

**Palabras clave:** Currículum escolar. Bibliotecas escolares. Infoeducación.

## De Currículos e Espaços-Tempos

A trajetória histórica do currículo por vezes confunde-se com a da própria escola e da educação formal, visto que a normatização e a organização estrutural do ensino requereram a confecção de arranjos ordenados dos modos de instrução, o que inclui também os documentos que parametrizam a prática escolar – como o currículo e os projetos políticos e pedagógicos dos cursos e liceus –, além da estrutura e disposição física da escola.

Deste modo, a delimitação das disciplinas escolares esteve presente na rotina do magistério desde os primeiros educandários organizados, norteando a atuação do docente

acerca do que, como e quando ministrar determinados conteúdos, e mesmo do modo de se portar do discente, em princípio no intuito de maximizar o aproveitamento e aprendizado tanto pelo aluno quanto pelo professor. Ainda assim, o emprego do termo “currículo” para denominar o programa é um fenômeno contemporâneo quando comparado com a cronologia da educação formal, e fora inicialmente aplicado particularmente no sentido da disciplina e organização escolar, com finalidades tecnicistas e eficientistas (PACHECO, 2005).

Os currículos escolares são, prioritariamente, “um artefato social, concebido para realizar determinados objetivos humanos específicos” (GOODSON, 1997, p. 17), além de um campo de disputas políticas e econômicas, uma vez que sua concepção é tipicamente orientada por princípios defendidos pelo regime dominante de cada época e por isso, corriqueiramente em contenda pelas demais partes cujos valores são opostos ou heterogêneos àqueles da gestão vigente, e assim “percebe-se que o currículo escolar está longe de ser um fator neutro” (*Idem*) e estático, metamorfoseando-se todo o tempo juntamente com a sociedade.

Por isto mesmo, torna-se uma tarefa complexa conceituar o currículo, pois a sua plasticidade faz com que se molde aos diferentes espaços-tempos, constantemente dissolvendo as definições construídas e, ainda mais, dificultando a sua própria construção, pois sem uma caracterização precisa, ou ao menos minimamente distinguida, não é possível estabelecer fundamentos os quais seguir para tanto.

Para Veiga-Neto (2002), a construção do currículo escolar foi o fator que catalisou a articulação do espaço-tempo com a educação formal, contextualizando e organizando-a. Produziu-se assim uma ordenação acerca de onde – o espaço, *id est*, a escola e suas adjunções –, bem como quando – o tempo, o qual pode ser compreendido tanto como a divisão de horários em que ocorrem as aulas das determinadas disciplinas no decurso do dia, quanto como a categorização dos níveis escolares ao longo dos anos da formação educacional – ocorre o processo educativo.

Sinteticamente, certa quantidade de conhecimento fora distribuída em um período de tempo para ser ministrada aos alunos, abarcando os saberes mínimos ou básicos necessários para a integração do indivíduo à sociedade, controlando-se com proximidade o uso de cada período e do ambiente nas etapas de ensino de uma forma muito similar – senão inspirada – no conceito panóptico de Foucault (1987). Todavia, tal concepção de domínio aos poucos parece perder força, visto que as ideias pedagógicas contemporâneas

buscam permitir maior liberdade ao fazer docente e protagonizam o discente em seu próprio processo de formação.

Durante a segunda metade do século XX, ocorreram significativas mudanças na educação de forma geral e, segundo Goodson (1997), foi no decorrer dos anos sessenta e setenta do referido período que os principais estudos “sobre o currículo como construção social” tomam lugar, motivados especialmente por uma tendência reformista e quiçá modernizadora, culminando no despontar dos primitivos currículos unificados, embora os componentes disciplinares fossem ainda bastante evocativos às antigas cadeiras de ensino. Tal evocação encontrava motivações na valorização de conhecimentos “básicos”.

Em Inglaterra, por exemplo, o novo Currículo Nacional define uma gama de disciplinas a serem ensinadas como currículo “nuclear” em todas as escolas. Estas disciplinas têm uma estranha semelhança com a lista das disciplinas do ensino secundário aprovada em 1904... (GOODSON, 1997, p. 18)

Goodson (1997) aponta que, com este novo entendimento, a sala de aula passou a ser um local de relações ativas em que são negociados signos, e não mais passiva, onde se havia a mera transferência de símbolos, mudanças essas que se refletiram na modificação do próprio currículo, tornando-se um ciclo contínuo de transformações, que se apressa ainda mais com o advento, por exemplo, de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), permitindo a integração de múltiplos recursos como a *Internet*, uma virtualidade inconstante que compreende uma extraordinária disponibilidade e prontidão de referências a serem exploradas.

Na medida em que a relação entre espaço e tempo é dada pela velocidade, resulta então que movimentos mais rápidos e maior mobilidade se tornaram a principal ferramenta da dominação no mundo moderno. (VEIGA-NETO, 2002, p. 172-173)

Como mencionado, o currículo se modifica juntamente com a sociedade de forma que, no pluralismo cultural presente na atualidade, as identidades das comunidades também são em certa medida fluidas. Nesta conjectura, no que tange ao modo como a transfiguração da sociedade interfere no programa, tal fluidez vem dissolvendo os contornos do currículo escolar rígido e obrigatório, o que corrobora ainda que de forma circunstancial, os ideários últimos de liberdade docente e protagonismo discente já citados, e que se refletem na reorganização dos programas de ensino mínimos, mais

enrijecidos, para as chamadas Diretrizes Curriculares, as quais “cuja flexibilidade recoloca, em termos curriculares, o mito da livre escolha para os agora (assim chamados) clientes” (VEIGA-NETO, 2002, p. 182), *id est*, a maleabilidade do currículo estabelece um vínculo mercantil entre educação e sujeito, alinhando-se às premissas do Capitalismo moderno, no qual o indivíduo seria ao menos em tese, livre de quaisquer amarras, a despeito de que com efeito, permaneça submetido aos juízos do regime, *ad aeternum*, e do mesmo modo, ao programa.

Não se trata somente do modo como a educação está organizada, expressando consciente e inconscientemente a organização de uma cultura e de uma sociedade: o que se pensava ser uma simples distribuição constitui, na verdade, uma modelação real com objetivos sociais específicos. Trata-se também do facto de que o conteúdo da educação, que está sujeito a uma filiação histórica clara, representa determinados elementos básicos da cultura, consciente e inconscientemente. O que se considera ser "uma educação" é, de fato, um conjunto específico de ênfases e omissões (WILLIAMS, 1975, p. 146 *apud* GOODSON, 1997, p. 22-23)

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) são um conjunto de orientações, formuladas pelo Ministério da Educação (MEC) cuja proposta é conduzir a estruturação e o funcionamento da educação no Brasil, por meio de bases comuns nacionais, a partir da qual todas as instituições educacionais em todos níveis e esferas devem embasar sua atuação. Além das Diretrizes voltadas para a Educação Básica - a qual abarca a Educação Infantil, Fundamental e Média -, há também aquelas orientadas para a Educação no Campo, Indígena, Quilombola, Especial, para Jovens e Adultos em Situação de Privação de Liberdade, Profissional Técnica de Nível Médio, de Jovens e Adultos, Ambiental, em Direitos Humanos, das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Em abrangência internacional, e de igual modo para o Brasil, documentos como o Manifesto e as Diretrizes da IFLA (*International Federation of Library Associations and Institutions* - Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias)/UNESCO (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) para a Biblioteca Escolar estão à disposição dos gestores governamentais no intuito de auxiliar no traçado do papel da biblioteca nas escolas e no ensino, salientando a importância daquela no bom desenvolvimento destas. Entretanto, a biblioteca escolar, embora mencionada em

múltiplas ocasiões no corpo do documento das DCN, manifesta-se de forma superficial, sem atribuição determinante no processo educativo nos diversos níveis previstos nas Diretrizes. Deste modo, já no escopo das regulamentações norteadoras do currículo escolar é possível notar que a biblioteca é uma figura coadjuvante no aprendizado, o que enreda e arrefece ainda mais a colaboração ativa da mesma nos programas educacionais das instituições de ensino brasileiras.

O documento curricular, de uma ótica prática e tangível, pode ser visto sobretudo e explicitamente como uma declaração de propósitos, escopos e metas pedagógicas e didáticas e, de forma subjetiva e latente, política, social e econômica, não podendo destarte o debate ser reduzido tão-somente às questões de orientação e organização de disciplinas, e do quê e como fazer, mas para quê e para quem fazer educação. Torna-se assim uma manifestação física que legitima etereamente as ações da escola e dos professores e de forma recíproca, a práxis também acaba por validar o currículo, significando e valorizando-o como elemento do coletivo.

Embora se afirme corriqueiramente que o aprendizado do aluno ocorre prioritariamente no ambiente da sala de aula, e “que o currículo escrito fixa frequentemente parâmetros importantes para a prática” (GOODSON, 1997, p. 20) no interior deste ambiente específico, é possível notar que todos os espaços que compõem a escola podem ser de e para a aprendizagem, e tal premissa é paulatinamente inserida na construção dos projetos e programas de políticas escolares sem, no entanto, possuir um enfoque preciso de quais e como podem ser utilizadas estas outras paragens.

As bibliotecas escolares analogamente, possuem um papel educativo de especial relevância no que tange à busca, obtenção, interpretação e o processamento de informações, habilidades estas que possibilitam ao indivíduo lograr sua emancipação formativa, mas que ainda marcam presença tímida, ora secundária ora puramente acessória nos currículos, ainda que sejam de histórica notoriedade no desenvolvimento do discernimento humano, como poderemos verificar na seção a seguir.

## De Bibliotecas Escolares e Currículos

Com o desenvolvimento da cognição, a população passou a buscar meios mediante os quais fosse possível transmitir a história e a cultura, instinto provavelmente atrelado ao desenvolvimento físico e mental dos seres humanos pretéritos e este, causado pela necessária adaptação ao meio e às condições impostas pelo mundo em sua época.

Tal desenvolvimento abrangeu diferentes campos do conhecimento, em especial a criação de registros, muito provavelmente artísticos no início, por meio de pinturas e gravações esculpidas em rochas, ações que corroboram um claro intento de depositar uma informação (JUSTAMAND *et al.*, 2017). Os mais antigos registros da arte rupestre por exemplo, datam de cerca de 43.000 a.C., em Celebes, na Indonésia (BRUMM *et al.*, 2021).

O homem é um animal. Porém, não é apenas mais um animal: Ele é único. Só o homem, entre todas as espécies, tem uma capacidade a que por falta de um termo melhor, chamaremos capacidade de simbolizar. Ela é a capacidade de originar, definir e atribuir significados, de forma livre e arbitrária, a coisas e acontecimentos no mundo desses significados. (WHITE, 2009, p. 9)

Para White (2009), o ato e a capacidade de simbolizar são características que diferenciam o homem dos demais animais, embora segundo Aguiar (2012), seja praticamente impossível interpretar com precisão os símbolos gerados, visto que não se sabe ao certo os códigos utilizados sendo, portanto, inexecuível a tradução fiel de tais registros.

Com o aprimoramento das formas de comunicação da humanidade, desde a construção de padrões mais definidos de correspondência como linguagem e escrita, e o conseqüente nascimento de conceitos e significados concretos, a interpretação destes registros anteriores à cada época fora se tornando cada vez mais clara. Dessa forma, a transmissão das heranças culturais foi facilitada, e ocorre desde então o crescente acúmulo de conteúdos da história humana, o que levou à percepção da necessidade de preservar e organizar tais conhecimentos, culminando na criação das primeiras bibliotecas. Milanesi (1988, p. 16) afirma que “a história da biblioteca é a história do registro da informação, sendo impossível destacá-la de um contexto mais amplo: a própria história do homem”.

Em Nínive, na antiga Mesopotâmia, arqueólogos encontraram cerca de 22 mil placas, provavelmente depositadas ali desde o século VII a.C., e esta é considerada a mais ancestral biblioteca que se tem notícia (GATES, 1972 *apud* FONSECA, 2005, p. 18). Perrotti (2016, p. 18) define tais bibliotecas ancestrais como Bibliotecas *Templum*, as quais possuíam certa natureza sacra, além da função estrita de guardar e preservar a memória social, material cujo acesso era restrito a poucos, e o conhecimento era tido como um tesouro a ser custodiado.

O surgimento da impressão levou à popularização do livro impresso, antes presente apenas em palácios e templos e reservado aos reis, nobres e sacerdotes, deixando de ser um bem material para tornar-se um bem de consumo. Outros eventos históricos como a Revolução Francesa e a Revolução Industrial contribuíram para esta expansão de acesso à literatura e conseqüentemente, o acesso às bibliotecas (FONSECA, 2005).

Para Netto (1997), o bibliotecário francês Gabriel Naudé apresentou o conceito fundamental de que a biblioteca é uma instituição ao mesmo tempo pública – ao estar aberta a todos – e universal – ao conter autores de temas distintos, sem distinções sociais, econômicas, religiosas e políticas. Tal modelo de Naudé se afastava do tradicional entendimento de que a coleção de uma biblioteca deveria ser composta somente de produções de autores conhecidos e mais ainda, de que deveria ser composta de literatura de cunho predominantemente religioso. Compreendia também que não haveria possibilidade de apenas uma biblioteca abarcar todas as produções do mundo, defendendo ainda que as coleções não mais fossem isoladas, ao sugerir inserir na coleção catálogos que informassem a localidade em que determinada obra poderia ser encontrada, quando esta não fizesse parte do acervo local.

Assim, as propostas políticas de Naudé são o germe de ideais que buscavam substituir a autoridade que a Igreja exercia sobre a sociedade pelo dispositivo formativo que é a biblioteca, num presumível intento de que a coletividade possa governar seu senso crítico, uma vez que, conforme Bacon (1597), “conhecimento por si é poder”, então difundir a razão e promover a formação por meio do acesso ao saber contido nas bibliotecas é suprir o povo de poder – dentro deste cenário, de consciência.

Ainda, segundo Freire (1996, p. 21), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Deste modo, num conceito educacional amplo, podemos averiguar que a partir do momento em que o acesso à biblioteca e ao conhecimento oportunizam ao sujeito elaborar as suas próprias noções do mundo, tal fato corrobora seu papel como um dispositivo educacional e ainda, como uma instituição emancipadora em termos de aprendizagem.

Se até a Idade Moderna se considerava a biblioteca um espaço de coleção, *id est*, de compilação de conteúdos apenas, na Idade Contemporânea devemos romper com o conceito de local somente de pesquisa e reflexão, e buscar compreender a biblioteca como um lugar de informação, formação, discussão e criação.

Pode-se notar que as bibliotecas atuais ainda apresentam como papel fundamental conservar e armazenar essas heranças culturais de povos e nações, e com a já citada

crecente produção intelectual e a conseqüente acumulação de material, passam a ter também a função de organizar os conteúdos de forma a difundir e facilitar o acesso a estas informações (SOUSA, 2012), enquadrando-se no caráter de Bibliotecas *Emporium* como já definido por Perrotti, contrapondo-se às Bibliotecas *Templum*, sendo que tal movimento de antinomia se deu no período do Renascimento europeu, com a quebra da hegemonia do feudalismo, e tencionava permitir o acesso à informação e a distribuição de cultura para e pela comunidade (PERROTTI, 2016, p. 19-20).

Porém, em função do que fora previamente debatido, é possível notar uma atitude mercantil para com a informação e a cultura, em que ambas são ofertadas e distribuídas, tal como o pão, a fim de atender à necessidade popular de nutrir o pensamento. Todavia, este consumo não se traduz necessariamente em processamento da informação, senão simples assimilação e memorização.

Portanto, conceber que a questão dos dispositivos de informação e formação são solúveis por meio da mera difusão é um discurso reducionista, uma vez que tal prédica assume que a problemática da infoeducação é tão somente de acesso ao e disponibilidade de conhecimento ao público, não considerando os paradigmas sociais, culturais e históricos que cerceiam o grupo, e que afetam diretamente os processos formativos e informativos.

*O forum... além de preparar condições e promover diálogos por sua configuração espacial, documentária, seus equipamentos e recursos informacionais, seus códigos de gestão e de relação, suas atividades culturais, o forum realiza ações educativas sistemáticas, envolvendo a apropriação de saberes e metassaberes informacionais, observadas demandas particulares dos diferentes públicos que a frequentam. (PERROTTI, 2016, p. 22)*

Acerca da Infoeducação, após a Segunda Guerra Mundial, novos cenários histórico-culturais instalaram-se no mundo modificando o vínculo entre Informação e Educação, ao focar a atenção do processo para o usuário do conhecimento, protagonizando-o. Também se introduziu em voga o conceito da pesquisa escolar como uma atividade educativa em que o aluno se envolve ativamente em sua própria aprendizagem, impactando na compreensão até então vigente acerca da Informação.

Associou-se assim definitivamente este campo com o da Educação, concebendo uma prática conciliatória a ambas, a de Aprendizagens Informacionais, constituindo-se

desse modo um campo além, denominado Infoeducação, e conceituado por Perrotti e Pieruccini (2008, p. 91) como uma:

[...] área de estudo, situada nos desvãos das Ciências da Informação e da Educação, voltada à compreensão das conexões existentes entre apropriação simbólica e dispositivos culturais, como condição à sistematização de referências teóricas e metodológicas necessárias ao desenvolvimento dinâmico e articulado de aprendizagens e de dispositivos informacionais, compatíveis com demandas crescentes de protagonismo cultural, bem como de produção científica, constituída sob novas óticas, nas chamadas Sociedades do Conhecimento.

Um sujeito infoeducado é destarte um “protagonista cultural”. Em outras palavras, é um participante ativo e assertivo na produção de cultura, como gerador e descobridor de significados e sentidos de acordo com os contextos em que se encontra, tanto de maneira individual como coletivamente enquanto, simultaneamente, desempenha atos de “apropriação simbólica”, ou seja, de informações, conhecimento e cultura.

Logo, um “protagonista” não é apenas um usuário ou um consumidor de informação e cultura, mas sim um criador e em particular, um agente transformador, sendo ele próprio modificado neste encadeamento, com capacidades para “apropriação” das informações, refletindo, indagando e remodelando-as em algo particular e pessoal do indivíduo.

As interrogações da Infoeducação dirigem-se, assim, não apenas aos modos de fazer, aos procedimentos implicados nos processos de apropriação simbólica; dirigem-se, sobretudo, às dinâmicas implicadas na construção das significações, aos sentidos da ordem cultural. Nesse aspecto, coloca os sujeitos em situação de protagonistas, de analistas conscientes das artimanhas do conhecimento, lançando-os, nas dimensões superiores do metac conhecimento. Não se trata somente de saber operar. Trata-se principalmente de saber operar reflexivamente, de enfrentar desafios que exigem domínio dos modos de proceder, mas sobretudo de suas razões de ser, como condição de sobrevivência do pensamento nos mares caóticos e revoltos da informação na contemporaneidade (PERROTTI e PIERUCCINI, 2008, p. 88-89).

No entanto, o cenário típico encontrado nas escolas é o da assimilação, que acarreta não na produção ativa, mas reprodução passiva de sentidos. Diversos fatores podem ser elencados, como a ineficácia ou inexistência de práticas e conceitos voltados para a apropriação, restringindo deste modo este ato a grupos privilegiados, assim como

bens de valor cultural como os livros cuja linguagem e conteúdo são pouco atraentes, e as próprias questões de arranjo logístico, como acesso aos meios culturais, como bibliotecas, museus, teatros e, mais recentemente, à *Internet*. Prevaecem as interações de aprendizado face a face, com a prática pedagógica centralizada na fala, no conhecimento e na autoridade do docente.

É necessário, desta forma, investir na concepção de Bibliotecas *Forum*, com o intuito de transformá-las em núcleos de formação, mediação e negociação de conhecimentos, cultura, sentidos, signos e significados sem, no entanto, contrafazer as essências culturais, sociais e históricas dessas instituições.

## O Papel da Biblioteca no Currículo Escolar do Presente

O objetivo central deste trabalho é problematizar o frequente alheamento da biblioteca como dispositivo educativo nos currículos contemporâneos. De modo mais específico, busca-se realizar uma análise de Projetos Pedagógicos e documentos institucionais a fim de compreender de que maneira a biblioteca escolar é percebida no domínio destes documentos, e se tal concepção vai de encontro com os propósitos que se têm em vista para a biblioteca como dispositivo educativo. Intenta-se assim questionar a relevância atribuída a esta nos documentos formais e instrumentos regulatórios das instituições escolares, contestando a personificação inerte atualmente imputada à biblioteca.

As pesquisas foram desenvolvidas em dois âmbitos educacionais distintos no estado de Rondônia, sendo o primeiro uma instituição de ensino de nível médio – técnico e superior situado em Porto Velho, e o segundo em uma escola de nível fundamental no município de Seringueiras. As instituições foram selecionadas por estarem em contextos distintos no cenário educacional, tanto geográfica e socioeconomicamente, quanto no escopo pedagógico das instituições, e é oportuno salientar também que favoreceu a escolha destas o fato de haver disponibilidade de acesso aos documentos organizacionais relevantes a esta investigação.

A problemática observada é a de que embora o programa escolar tenha sofrido modificações e aperfeiçoamentos ao longo do tempo em seu escopo, frequentemente não se verifica uma interação equilibrada do mesmo com os propósitos desejáveis para as bibliotecas escolares. Isto as coloca em um plano secundário e até mesmo acessório na dinâmica do ensino e da aprendizagem, além de tirar-lhes o protagonismo e autonomia de ação dentro desta sistemática.

O texto é decorrente de pesquisa de natureza básica, concebido em dois momentos distintos: levantamento bibliográfico acerca da temática da Biblioteca Escolar no programa, em autores como Cerdeira (1977), Válio (1990), Sampaio (2012) e Silva (2019); e a análise documental de Projetos Pedagógicos e escritos institucionais como regulamentos, normativas e ementas de cursos. A análise dos documentos encontrados decorre de uma abordagem qualitativa, objetivando examinar e descrever de que modo é compreendido o papel da biblioteca escolar no programa no contexto destes registros, e qual é a repercussão de tal concepção para o ensino e a aprendizagem.

Destarte, para analisar a relação da escola contemporânea com a biblioteca, tomamos como objeto de estudo os documentos organizacionais das supracitadas instituições públicas de ensino dos níveis fundamental, médio-técnico e superior de ensino, localizadas no âmbito do estado de Rondônia, para averiguar em seus regimentos qual a interpretação que cada escola possui acerca do papel da biblioteca nos meios de ensino e aprendizagem.

Foram verificados os seguintes tipos de registros: o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da instituição municipal e os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), quando houver, preferivelmente em diferentes cursos e modalidades ofertadas na instituição de Ensino Superior e, também, averiguados os regimentos internos e os regulamentos de bibliotecas escolares próprios de cada instituição, caso possuam. Procura-se, dessa maneira, identificar nesses documentos quaisquer menções à biblioteca e/ou sua atribuição no processo educativo, intuindo especificamente averiguar a caracterização facultada àquela, e se tal qualificação se encaminha aos conceitos preconizados por Perrotti (2016) e pelo Manifesto e pelas Diretrizes da IFLA/UNESCO.

Os documentos da primeira instituição analisada, localizada em Porto Velho, foram obtidos por meio do sítio oficial e a análise consistiu na leitura e interpretação contextualizada dos escritos, em especial de informações relevantes e/ou essenciais para a compreensão das competências da biblioteca escolar no processo de ensino e aprendizagem. O Regulamento de Funcionamento de Bibliotecas da Instituição 1 objetiva subsidiar a estruturação e operação das bibliotecas no âmbito da instituição e preliminarmente verifica-se que o documento se refere às bibliotecas em um evidente caráter de empório, não sendo plenamente garantido seu papel ativo para a construção de habilidades informacionais e culturais, em tal grau imprescindíveis para a formação do sujeito nos dias atuais, como pode ser aferido nos Artigos 2º e 3º do Documento:

[...] Art. 2º As bibliotecas [...] têm por finalidade reunir, organizar, divulgar, manter atualizado, preservado e em permanentes condições de uso todo o acervo existente e o que venha a ser incorporado ao patrimônio por aquisição, permuta ou doação.

Art. 3º As bibliotecas [...] estão vinculadas à Direção de Ensino e são tecnicamente responsáveis pelo provimento das informações necessárias às atividades de ensino, pesquisa e extensão da Instituição. [...] (IFRO, 2015)

Pode-se depreender que a biblioteca e o bibliotecário no contexto do documento analisado, não obstante, permanecem assim relegados prioritariamente a armazenar e conservar as obras literárias sem, no entanto, participar efetivamente no processo educativo do discente, figurando uma parte secundária e acessória nesse movimento. É perceptível, ainda, que as incumbências do setor em tela possuem um caráter suplementar ou completo, o que pode ser evidenciado ao verificarmos no mesmo escrito quais são as atividades designadas a serem desenvolvidas pela biblioteca, conforme seu Art. 23:

[...] Art. 23. As bibliotecas [...] oferecem os seguintes serviços:

- I. Consulta ao acervo;
- II. Empréstimo domiciliar;
- III. Empréstimo para reprodução, desde que respeitadas as regulamentações de direitos autorais (Lei nº 9.610, de 19 de Fevereiro de 1998);
- IV. Empréstimo entre bibliotecas;
- V. Renovação;
- VI. Reserva;
- VII. Devolução;
- VIII. Comutação bibliográfica;
- IX. Elaboração de fichas catalográficas institucionais e orientação quanto à normalização de trabalhos acadêmicos;
- X. Acesso à Internet;
- XI. Acesso a publicações eletrônicas;
- XII. Salas de estudo em grupo e vídeo.
- XIII. Acesso ao Portal de Periódicos. [...] (IFRO, 2015)

Ainda assim, o Regulamento, em seu Art. 4º, III preconiza que as bibliotecas devem “proporcionar serviços de comutação, referência e **educação** de usuários, visando garantir a maximização do uso dos recursos informacionais existentes”, sendo que conforme o Art. 10, III na Seção I do Capítulo VI do mesmo documento, o coordenador de biblioteca deve “dinamizar a utilização da biblioteca por toda a comunidade”. Finalmente, segundo o Art. 10, III na Seção II, compete ao bibliotecário “promover ações de disseminação da informação e incentivo à leitura”, tais excertos indicando deste modo uma atuação hipoteticamente participante e atuante do setor e de seus colaboradores no processo

educativo, conquanto tímida se comparada às concepções de Perrotti (2016) acerca do papel da biblioteca neste decurso.

Convém esclarecer previamente que a instituição de Porto Velho, por ofertar ensino de nível médio – técnico e superior, todos os cursos oferecidos são desenvolvidos e norteados por diretrizes presentes nos Projetos Pedagógicos de Curso. Por conseguinte, acerca dos PPCs analisados, laconicamente verifica-se que no projeto do curso de nível médio - técnico, a biblioteca é citada de forma relevante para esta análise apenas no Quadro 21: Espaços formadores – Biblioteca mostrado na Figura 1, sugerindo – dada a sua denominação – um compromisso formativo, embora o conteúdo descrito no referido quadro não corrobore totalmente essa percepção, novamente a biblioteca estando designada a um cunho secundário no processo educativo, sendo notável que não há menção ao fomento do desenvolvimento de habilidades informacionais.

Quadro 1: Espaços formadores – Biblioteca.

<b>Biblioteca</b>	<b>Descrição e objetivo</b>
<b>Espaços de estudo</b>	Espaço físico acessível à todos os usuários, oferece serviços de apoio à aprendizagem, organizado com mesas no salão da biblioteca para estudos, com acesso aos acervos que encontram-se estruturados em estantes
<b>Gabinetes de estudos</b>	Espaço organizado em gabinetes para estudos em grupos, que objetiva proporcionar um ambiente de aprendizagem que permita discussões e socialização dos conhecimentos.
<b>Acervo base comum</b>	A política da biblioteca do campus é de adquirir toda a bibliografia básica das disciplinas constantes na matriz curricular dos cursos procurando atualizá-la periodicamente. A bibliografia é sempre recomendada pelos docentes responsáveis pelas disciplinas, supervisionada pelo coordenador de curso e pelo Núcleo Docente Estruturante com a anuência do Colegiado do Curso. O Núcleo Docente Estruturante do curso trabalha também no sentido de recomendar a atualização bibliográfica a fim de manter a qualidade e atualização dos conhecimentos do aluno
<b>Acervo técnico especializado</b>	Atua como um acervo específico na formação dos alunos e é recomendada pelos docentes responsáveis pelas disciplinas, supervisionada pelo coordenador de curso e pelo Núcleo Docente Estruturante com a anuência do Colegiado do Curso.

Fonte: PPC do curso de nível médio-técnico da instituição de Porto Velho (2017).

Já no projeto de curso de nível superior, não se apresenta um quadro descritivo como o do documento congênere, apesar de que no Tópico 5.1.3 do escrito pode ser encontrada uma descrição cujo teor é similar ao detectado no referido Quadro, em que se dissertam notadamente aspectos técnicos relativos ao espaço físico, à literatura ofertada e aos sistemas informatizados à disposição do curso e da comunidade, ostentando ademais que a leitura é de suma importância para a formação do discente sem, entretanto, aludir enfoque educacional ativo relevante à biblioteca escolar como dispositivo formativo, como se verifica a seguir:

Entende-se que o conhecimento construído ao longo dos tempos, especialmente sistematizados em livros e outras formas de divulgação, deve ser objeto de estudo e ficar disponibilizado aos alunos, para a fundamentação teórica de suas atividades estudantis e profissionais. Por isso, salienta-se a importância a ser dada à Biblioteca, que conta ainda com acervo virtual de consulta e sistemas de acesso a este acervo. (IFRO, 2018)

À vista das informações coletadas a partir da investigação dos documentos dessa instituição de ensino médio-técnico e superior de Porto Velho, é admissível inferir que na percepção institucional, a biblioteca está relativamente mal disposta num segundo plano dentro do procedimento pedagógico e no próprio documento curricular, ao coadjuvar subsidiando a dinâmica deste por meio da guarda de material e conteúdo informacional, da manutenção da estrutura física e equipamentos, e da disponibilização dos mesmos quando o ensino “normal” assim exigir.

Apura-se ainda que no tocante ao processo de formulação dos currículos e projetos de curso, ao menos da instituição de Porto Velho, acerca da qual foi possível averiguar a metodologia desta operação, as elaborações são realizadas por comissões variadas e compostas sob demanda ou voluntariedade por membros via de regra distintos – em geral com formação acadêmica relacionada ao campo do curso – seguindo diretrizes programáticas grosso modo pré-estabelecidas pela escola, o que reflete em currículos não necessariamente análogos, uma vez que a interpretação dos critérios pode ser dessemelhante entre as equipes e mesmo entre os membros, e “as limitações disciplinares no trabalho dos planos de estudo refletem-se em diferenciações paralelas na administração escolar, na formação de professores e no trabalho docente” (HAFT *et al*,

1990, p. 162 *apud* GOODSON, 1997, p. 33). De igual modo, o entendimento no tocante ao papel da biblioteca para o ensino e para o currículo do curso e a maneira a qual a mesma é integrada ao programa eventualmente tem delineamentos múltiplos, mesmo que exíguos.

A segunda instituição investigada está localizada no município de Seringueiras, na região intermediária do estado de Rondônia, ofertando ensino em nível Infantil e Fundamental. O documento analisado dessa unidade escolar foi o PPP, o qual foi obtido por meio do sítio da escola. A biblioteca escolar é citada no documento como recurso didático e parte da estrutura da escola. É citada também no Plano de Curso do PPP, na ação de Número 17, prevendo estimular a utilização do espaço da biblioteca, podendo ser considerado um passo importante em direção ao protagonismo da biblioteca no processo de ensino.

Figura 1 – Recorte do Plano de Curso do Plano de Ação Escolar

17	Incentivo e fortalecimento ao uso da biblioteca.	Desenvolver o hábito de leitura, pesquisa e organização do espaço levando em conta as habilidades e competências de cada estudante.	Motivar professores e estudantes a fazerem uso espaço da biblioteca.	Anual	Equipe Pedagógica da Escola e Professores
----	--	---	--	-------	---

Fonte: PPP da instituição de Seringueiras (2020).

Em relação às ações voltadas para a leitura, há um programa de iniciativa federal descrito no PPP denominado “Mais Alfabetização” cujo objetivo, segundo o documento, é “fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização para fins de leitura, escrita e matemática, dos estudantes de todas as turmas do primeiro e segundo anos do ensino fundamental” (2020). Há ainda previsão de iniciativas como a “Hora da história ou do conto”, ação voltada para a inclusão da leitura no cotidiano e o estímulo à imaginação, à criatividade, à oralidade, e o prazer da leitura, e de projetos como a oficina de Língua Portuguesa, que “visa promover a leitura em todos os segmentos da escola” (2020).

No Plano Estratégico da Escola, no PPP, estão estabelecidas diferentes metas e ações, entre as quais podemos citar o desenvolvimento de “um projeto de leitura e produção de textos, viabilizando atividades e textos diferenciados, de estímulo à leitura e produção, integrando todos os anos de ensino” e a priorização de “execução de Projetos

voltados a Leitura e Escrita” (2020). Nota-se que, com efeito, há evidente preocupação com o letramento e formação do discente, porém tais ações não dialogam diretamente com a biblioteca escolar e, ao menos no escopo deste documento, parecem incidir de maneira independente.

Assim, é até mesmo reconhecido no PPP que a “barreira encontrada para concretizar a construção da aprendizagem, está diretamente voltada a cultura no hábito de leitura e escrita” (2020), demonstrando que ainda há um caminho a ser percorrido pela escola no tocante à construção de uma relação mais estreita entre o processo pedagógico e a biblioteca. Daí que se torna perceptível que não há, ao menos no escopo dos documentos investigados, uma conciliação entre o que o programa requer da biblioteca escolar e as efetivas possibilidades e potenciais que esta possui como dispositivo educativo.

## Considerações Finais

Tomando como ponto de partida a problemática do apartamento entre o Currículo e a Biblioteca Escolar e a evidente relevância da presença desta no escopo daquela para a educação como um todo, é explicitado ao investigarmos histórica e socialmente que o papel da biblioteca se metamorfoseia e se constitui progressivamente como dispositivo formativo.

Isto implica em alguma banalização do papel e das possibilidades inerentes dessa instituição como agente no desenvolvimento cognitivo dos alunos, mantendo deste modo o provisionamento fundamental do conhecimento exclusivamente a cargo do docente e da sala de aula indefinidamente, dinâmica essa robustecida pelo próprio programa e pelos paradigmas educacionais observados até então. Enquanto a biblioteca escolar estiver demarcada no currículo tão-somente como um elemento acessório e atuações delegadas, não será com efeito lhe concedida uma parte determinante e suficiente no ensino.

Posto isto, por necessidade de conciliação, infere-se a efetiva cooperação equitativa entre as partes, isto é, uma relação de autoridade em que a biblioteca possua maior razoabilidade nas deliberações concernentes ao ensino na abrangência do currículo escolar, buscando defender as necessidades informacionais dos indivíduos e simultaneamente consolidar as competências e habilidades provenientes do campo da Infoeducação como elementos básicos no programa.

Assim, há uma extensa trajetória a ser percorrida em termos de uma maior articulação e destaque da biblioteca no processo de ensino de forma autônoma e não

acessória à pedagogia habitual das salas de aula, visto que a circunstância como ainda se dá a construção dos currículos atuais é, amiúde, hegemônica e enrijecida, condição esta que enreda a incorporação da biblioteca ao progresso educacional de forma equipolente.

Ao realizar esta análise, tenciona-se provocar o campo educacional e a instigar que o debate se mova na direção da valorização da biblioteca como componente elementar na constituição de sujeitos conscientes e críticos, sendo agentes determinantes precisamente por interpretar seu papel ativamente neste processo, e não apenas por gozar dos frutos alcançados na peregrinação em busca de discernimento.

## Referências

AGUIAR, Rodrigo L. S. Arte na Pedra: O surpreendente e pouco conhecido patrimônio pré-histórico de Mato Grosso do Sul. *Ciência Hoje*, V. 297, p. 32-37, 2012.

BACON, F. **Meditationes Sacrae**. Excusum impensis Humfredi Hooper. Londres, 1597. Disponível em: <[https://en.wikisource.org/wiki/Meditationes\\_sacrae](https://en.wikisource.org/wiki/Meditationes_sacrae)>. Acesso em 10/10/2021.

BRUMM, Adam, OKTAVIANA, Adhi A., BURHAN, Basran, HAKIM, Budianto, LEBE, Rustan, ZHAO, Jian-xin, SULISTYARTO, Priyatno H., RIRIMASSE, Marlon, ADHITYATAMA, Shinatria, SUMANTRI, Iwan, AUBERT, Maxime. Oldest Cave Art Found in Sulawesi. **Science Advances**. Estados Unidos, Vol. 7, Ed. 3, 2021.

CERDEIRA, T. A biblioteca escolar no planejamento educacional. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 5, n. 1, p. 35-43, 1977.

FONSECA, Maria. C. **Biblioteca Pública: Da Extensão à Ação Cultural como Prática de Cidadania**, 2005. 209 páginas. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOODSON, Ivor F. **A Construção Social do Currículo**. Coletânea de textos de Goodson organizada por Antônio Nóvoa. Lisboa: Educa, 1997.

IFRO. Conselho Superior. Resolução Nº 21/CONSUP/IFRO, de 06 de junho de 2015. Dispõe sobre o Regulamento de Funcionamento de Bibliotecas do IFRO do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. 2015.

IFRO. Conselho Superior. Resolução Nº 4/CONSUP/IFRO, de 07 de fevereiro de 2017. Dispõe sobre a Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do IFRO – Campus Porto Velho Calama do IFRO. 2017.

IFRO. Conselho Superior. Resolução Nº 5/REIT - CEPEX/IFRO, de 26 de janeiro de 2018. Dispõe sobre a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Engenharia Civil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Campus Porto Velho Calama. 2018.

JUSTAMAND, Michel, MARTINELLI, Suely A., Oliveira, Gabriel F. de, SILVA, Soraia D. de B. e. A Arte Rupestre em Perspectiva Histórica: Uma História Escrita nas Rochas. **Revista de Arqueologia Pública**. Campinas - São Paulo, Vol. 11, n. 130, p. 130-172, 2017.

NETTO, J. T. C. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. São Paulo: Iluminuras, 1997.

PACHECO, J. A. **Escritos curriculares**. São Paulo: Cortez, 2005.

PERROTTI, Edmir. Infoeducação: Um Passo Além Científico-Profissional. **Inf. Prof.**, Londrina, v. 5, n. 2, p. 04 – 31, jul./dez. 2016.

PERROTTI, Edmir. Estações de Leitura, Dispositivos de Mediação Cultural e a Luta pela Palavra. **Nuances**: estudos sobre Educação. Presidente Prudente - SP, v. 26, n. 3, p. 93-112, set./dez. 2015.

PERROTTI, E. PIERUCCINI, I. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. In: LARA, M. L. G, FUJINO, A. NORONHA, D. P. (Orgs). **Informação e contemporaneidade**: perspectivas. Recife: Néctar, 2008. p. 46-97.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Seringueiras, 2020. SERINGUEIRAS, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

SAMPAIO, H. A. S. P. de. **A Biblioteca Escolar e o Currículo**, 2012. 210 páginas. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares, Departamento de Educação e Ensino a Distância, Universidade Aberta, Lisboa, 2012.

SILVA, E. V. da. O Processo de Integração entre a Biblioteca Escolar e o Currículo, 2019. Tese (Doutorado) - Programa de Pós- Graduação em Ciência da Informação, Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

SOUSA, M. N. P. O. **Padrões em projetos arquitetônicos de bibliotecas públicas**, 2012. 261 páginas. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

VÁLIO, E. B. M. Biblioteca Escolar: uma visão histórica. **Trans-in-formação**, v. 2, n. 1, p. 15-24, jan./abr. 1990.

A INDISPENSÁVEL CONCILIAÇÃO ENTRE O CURRÍCULO E A BIBLIOTECA ESCOLAR PARA O ÊXITO ...  
KADOWAKI, KAZUO; PIMENTA, JUSSARA SANTOS.

VEIGA-NETO, Alfredo. De Geometrias, Currículo e Diferenças. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 79, p. 163-186, a go. 2002.

WHITE, Leslie A.; DILLINGHAM, Beth. O conceito de cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

**Revisores de línguas e ABNT/APA:** *Kazuo Kadowaki.*

**Submetido em 09/03/2023**

**Aprovado em 30/10/2023**

Licença *Creative Commons* – Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)